

AS CONTRIBUIÇÕES DE AGAMBEN (2019) SOBRE ASSINATURA EM RELAÇÃO AO INTERDISCURSO SOB O PONTO DE VISTA DA SEMIÓTICA DISCURSIVA: considerações iniciais

Carla Andreia Schneider*
Maria Luceli Faria Batistote**

Resumo: Neste estudo buscamos depreender as primeiras possíveis articulações entre a Teoria das Assinaturas (AGAMBEN, 2019), a construção do sentido de um signo específico (existente ou novo), o interdiscurso e a semiótica discursiva. Tais articulações permitem abordar a noção de interdiscurso pela semiótica discursiva, além de explorar a figurativização e a tematização sob a perspectiva das relações históricas e sociais que interagem no interior dos textos e resultam no efeito de pressuposição de diálogos com outros textos. Os resultados preliminares apontam a possibilidade de assinaturas promoverem os efeitos de sentido de reiteração de discursos, ou seja, de interdiscurso, bem como na formação de paradigmas em uma comunidade discursiva.

Palavras-chave: Teoria das Assinaturas. Semiótica discursiva. Interdiscurso. Discurso.

* Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Mestre, e-mail: casddos@gmail.com.

** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Doutora, e-mail: marialucelifaria@gmail.com.

THE CONTRIBUTIONS OF AGAMBEN (2019) ABOUT SIGNATURE IN RELATION TO THE INTERDISCOURSE FROM DISCOURSIIVE SEMIOTIC POINT OF VIEW: initial considerations

Abstract: This study has as aim to deduce the first possible points of connection among the Theory of signatures (AGAMBEN, 2019), the meaning construction of a specific sign (current or new), the interdiscourse and the discourse semiotic. Those relationships will make possible to approach the notion of interdiscourse by discourse semiotic, besides to explore figurativization and thematization under the perspective of historical and sociologic relationships that act into the texts and result as an effect of dialog presupposition among others texts. Preliminary results point to the possible of verifying that signatures promotes the sense effects of discourse reiteration, that is, the interdiscourse as well, it was consolidated into paradigms in a discursive community.

Keywords: Theory of signatures. Discourse semiotic. Interdiscourse. Discourse.

Situando a reflexão

Atualmente algumas questões têm sido suscitadas por estudiosos da semiótica discursiva a respeito da enunciação, devido às mudanças de enfoque ocorridas durante o desenvolvimento da teoria. Para Fiorin (2020), o atual estágio da teoria, comumente denominada semiótica tensiva, tem sido um tema controverso no Brasil, mas também sedutor, pois amplia consideravelmente as condições para aplicar a teoria. Entretanto, enfatiza que a harmonização entre as primeiras fases da teoria com a atual não se encontra adequada pela alteração no conceito-chave da enunciação, apresentado como *práxis enunciativa* por Fontanille e Zilbelberg (2001).

Segundo Fiorin (2020), pelo conceito de *práxis enunciativa*, a enunciação deixa de ser uma instância de mediação e se torna responsável pela constituição do sistema, por conta da retroalimentação efetivada

pelos usos. O autor infere, ainda, que os modos de existência estão sujeitos à enunciação, excluindo o percurso gerativo e, por serem conceitos distintos de enunciação oriundos de quadro teórico distintos, não haveria compatibilidade. Todavia, Mancini (2019) nos mostra um caminho que permite a conciliação entre as duas visões de enunciação pelo conceito de junção no qual o sujeito greimasiano pode se aparelhar com a práxis tensiva. Ademais, Greimas (1989; 2014) considera que a semiótica das paixões permite uma análise mais refinada dos discursos.

De acordo com Bertrand (2003, p. 89), a rejeição metodológica da enunciação nas fases iniciais do projeto científico da semiótica não estava posta em definitivo, mas, a seu tempo, foi retomada: “a enunciação é, assim, compreendida como a mediação entre o sistema social da língua e sua assunção por uma pessoa individual na relação com o outro”. Com relação à enunciação enquanto atualização da língua-objeto em função da *práxis enunciativa*, esta já se fazia presente nas obras de Greimas, isto é, ele mesmo já havia constatado tal prática. Conforme verificado por Bertrand, desde a obra *Semântica Estrutural* (*Semantique Structurale – Recherche de Méthode*, de 1966), o semioticista lituano já havia citado a questão da disponibilidade do sistema e sua atualização pelo uso individual em decorrência do seu aspecto social, sua margem de liberdade e sua infinidade de combinações que podem ocorrer ao longo da história. Nas palavras de Greimas:

É evidente que nenhuma língua esgota sua combinatória teórica, e que ela deixa uma margem de liberdade mais que suficiente às manifestações ulteriores da história. C. Lévi-Strauss observou bem que tal concepção do universo semântico pode eliminar a contradição aparente entre a reclusão das estruturas sociais, limitadas em número, e a abertura da história da qual elas participam. (GREIMAS, 1976, p. 146)

Ainda em *Semântica Estrutural* (GREIMAS, 1976, p. 276), podemos verificar que a narrativa¹ em si, enquanto mediação entre a língua como sistema e a prática linguística individual, apresenta um grande número de contradições, entretanto, o efeito de sentido de equilíbrio e de contradições neutralizadas também se faz presente. Dessa forma, a narrativa concilia as possíveis mudanças e se torna mediadora entre a sociedade e o indivíduo, entre a permanência da estrutura (sistema) e sua atualização. Nas páginas anteriores, Greimas (1976) ao abordar a isotopia do discurso, também cita a questão da atualização do sistema para tratar do funcionamento metalinguístico do discurso. Como exemplo, quando os procedimentos que usam o corpo lexicômico existente produzem novas unidades de comunicação de caráter denominativo, pois, se o sistema fosse sempre fechado, “um gato se chamaria sempre um gato” (p. 101). Isto é, se o sistema fosse fechado, que não permitisse novos termos, novos sentidos, o léxico seria usado sempre da mesma forma, teriam sempre as mesmas definições, e as significações em todo e qualquer discurso teriam sempre os mesmos sentidos, o que não ocorre na prática linguística, conforme as inúmeras análises realizadas pelos semioticistas.

Podemos citar, também, a obra *Semiótica e ciências sociais* (1981, p. 5, grifos do autor [*Sémiotique et sciences sociales*, 1976]),

A instância do sujeito falante, sendo ao mesmo tempo lugar da *atualização da língua*, é também o lugar da *virtualização do discurso*; lugar em que são depositadas, gozando de existência semiótica, as formas pressupostas do discurso, formas que este último, ao atualizar-se nas suas *performances*, só poderá manifestar incompleta e inacabadamente. [...] fazendo notar, por exemplo, que no plano do exercício

¹ A narrativa nessa obra específica de Greimas refere-se ao conto popular russo, fundamentada nos estudos realizados por Propp (*A morfologia do conto*, de 1928) e define-se “como uma sucessão temporal de funções (no sentido de ações)” (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 327).

individual da linguagem as competências localizadas são adquiridas e aumentam graças às práticas discursivas; que no plano social, as estruturas sintáticas são susceptíveis de transformações e, por conseguinte, que – em limites a serem definidos – o sujeito competente do discurso, sendo uma instância pressuposta pelo funcionamento deste último, pode também ser considerado como um *sujeito em construção* permanente, se não um sujeito a construir.

O desenvolvimento da teoria ocorreu a partir das constatações feitas diante dos resultados das análises que foram realizadas, assim, novos conceitos foram incorporados, enquanto outros foram aprimorados. Porém, ainda permanecem pontos da teoria que precisam ser explorados, principalmente para desvelar questões que se levantam diante das análises que nos deparamos com textos da atualidade e que carecem de respostas. Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo é apontar um possível caminho para auxiliar nessa jornada e que se aproxima e converge com a teoria semiótica no que tange à práxis enunciativa, ao interdiscurso, ou seja, aos procedimentos linguístico-discursivos e às relações com a sociedade e a História.

Essa proposta de estudo² foi pensada em função da análise realizada nos textos pertencente ao *corpus* de nossa pesquisa. As inferências encontradas levaram-nos a ancorarmos nas premissas de Agamben (2019) e na sua conclusão de que os signos não são destituídos totalmente de sentidos e que as assinaturas correspondem ao grau zero da significação. Ou seja, em relação à ausência de significado, a assinatura continua operando, quer seja na *di-ferença* (HEIDEGGER, 2003), apagando o seu rastro e se ressignificando, quer seja no *rastro* (DERRIDA, 1991), suspensa e dirigida a si mesma. Isso não implica que a significação esteja fechada e dada *a priori*, tão pouco

² Parte das considerações iniciais do estudo em desenvolvimento foi publicada em dezembro de 2020 pelos autores.

que ela possa ocorrer somente na enunciação, ao suscitar, articular e atravessar os signos, como veremos mais adiante.

Outra razão de utilizarmos a teoria das assinaturas foi a perspectiva de contribuição para explicar o interdiscurso e as formações discursivas, uma vez que Agamben (2019) procurou destacar o lugar que essa se encontra dentro da enunciação. Por conseguinte, a escolha de relacionar as proposições de Agamben (2019) com as da semiótica discursiva francesa deu-se em função de esta última preocupar-se em explicitar as condições da apreensão e da produção do sentido, ou seja, uma metalinguagem, apresentando-se como uma teoria da significação. Greimas parte da linguagem como uma tradução dos sentidos apreendidos por meio de uma língua natural, ou seja, à medida que significa alguma coisa para o ser humano, ele a nomeia: “só é possível reconhecer como significante alguma coisa e atribuí-lhe tal nome quando essa coisa significa realmente” (GREIMAS, 1976, p. 17).

Tanto Agamben (2019) como Greimas (1976) se aproximam quanto à problemática da significação, levando em conta dificuldades próprias à definição do objeto da semântica. Assim como se aproximam pela teoria da percepção e que a linguística, mais precisamente pela teoria da significação, tem a chave para estabelecer as relações entre as palavras e as coisas. O filósofo italiano, por sua vez, propõe à teoria da significação desvendar o elo entre a assinatura e o signo, uma vez que aquela marca e caracteriza os signos no âmbito da enunciação, posto que nem a semiologia, nem a hermenêutica resolveram tal questão. Outra razão de mobilizar conceitos semióticos é que seus pressupostos teóricos e metodológicos de análise permitem estabelecer o elo entre o processo de assinalação e o interdiscurso, considerando a trajetória epistemológica de Agamben (2019).

Nesse sentido, este estudo dedutivo-relacional visa apresentar as considerações iniciais entre as proposições formuladas por Agamben (2019) sobre a *assinatura* e as proposições da semiótica discursiva.

Além disso, nossa pesquisa procura apontar um caminho metodológico para o interdiscurso (memória do dizer) próprio para a semiótica, uma vez que os conceitos utilizados estão relacionados à Análise do Discurso Francesa (AD) derivada de Pêcheux (BARROS, 2009). O dicionário de Semiótica, de Greimas e Courtés (2016, p. 272), faz referência apenas à intertextualidade como um fenômeno que implica a “existência de semióticas (ou de discursos) autônomas no interior dos quais se sucedem processos de construção, de reprodução ou de transformação de modelos, mais ou menos implícitos”.

Para homologação das proposições teóricas optamos por uma heterogeneidade de suporte, de período de circulação e de gênero discursivo. O *corpus* se constitui de enunciados que circularam na mídia em Mato Grosso do Sul, enquanto narrativas jornalísticas, no mês de agosto de 2019, e outros enunciados em suportes diferentes que circularam em períodos anteriores, nos quais foram empregados temas e/ou figuras em comum. Especificamente para este estudo, vamos nos ater aos textos que foram coletados até o momento e que trazem a figura “favela”. Tais como: “Medo de ‘favelão’ no Centro divide opiniões, mas arquiteto diz que projeto segue tendência mundial” de Ana Paula Chuva, publicado no jornal *online* “Midiamax”, de 20 de agosto de 2019; os poemas “Só de sol a minha casa” (2014) e “Vozes-mulheres” (2008) de Conceição Evaristo; “Os sertões”, de Euclides da Cunha, de (1984 [1905]).

Enunicação, assinatura e interdiscurso: considerações iniciais

Bertrand (2003, p. 84) evidencia que a enunicação, enquanto instância de mediação, possui uma dupla dimensão: “a que faz parte das codificações do uso, de um lado, e de outro, a que remete à efetuação sempre singular do discurso”. Mais adiante, o autor considera que a originalidade da semiótica encontra-se em ressaltar,

no interior da atividade enunciativa, a práxis social e cultural da linguagem que resulta no fortalecimento do discurso em ato. Além disso, a enunciação estudada a partir da dimensão sócio-cultural e pessoal proporciona previsibilidade e comunicabilidade para a realização da leitura e/ou interlocução dos/entre os textos em geral. Para Greimas e Courtés (2016, p. 456), a teoria semiótica deve ser vista como mais que uma semiótica da enunciação e mais que uma teoria do enunciado, ela “deve conciliar o que parece à primeira vista inconciliável”. Ou seja, a enunciação, isto é, a colocação da língua em discurso (Benveniste), deve estar integrada dentro de uma teoria semiótica geral, pois não há como separá-la, uma vez que mediatiza a passagem entre a competência linguística e sua performance. Neste sentido, Greimas e Courtés (2016, p. 166) optam em definir a enunciação como mediação e atualização:

a instância de mediação, que assegura a colocação em enunciado-discurso das virtualidades da língua. [...] como uma instância que possibilita a passagem entre a competência e a performance (linguística); entre as estruturas semióticas virtuais, de cuja atualização ela deve encarregar-se, e as estruturas realizadas sob a forma de discurso.

Apoiando-se na *práxis* enunciativa como intrínseca à enunciação, acreditamos que o empréstimo do conceito de *assinatura* explorado por Agamben (2019) converge com a teoria semiótica. Entre os pontos principais de convergência encontram-se realizações das práticas semióticas (simples estereótipos até programações de forma algorítmica) que tornam previsíveis e comunicáveis as interlocuções, pois são sequências de comportamentos somáticos reconhecíveis (GREIMAS; COURTÉS, 2016). Outro ponto central de convergência está na significação como um ato de comunicação, uma vez que apenas nesse acontecimento o significado encontra com o significante, estabelecendo sentido:

As estruturas da significação, como acabamos de definir, manifestam-se (isto é, oferecem-se a nós quando do processo de percepção) na comunicação. Esta, com efeito, reúne as condições de sua manifestação, pois é no ato de comunicação, no acontecimento-comunicação, que o significado encontra o significante. (GREIMAS, 1976, p. 42)

O objeto da semiótica, portanto, consiste em “explicitar, sob a forma de construção conceitual, as condições da apreensão e da produção do sentido” (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 455). Os autores observam que é necessário descartar as primeiras posições a respeito da significação que a compreendem ora como “produção de sentido”, ora como “sentido produzido”. A significação é a diferença, isto é, a produção e a apreensão de desvios inerentes à linguagem. Em outras palavras, a significação enseja uma articulação dos sentidos para a apreensão como objeto cognoscível que se dá no momento da tradução/transposição dos sentidos em uma dada linguagem.

Conforme Bertrand (2003) descreve que a significação ocorre pelas relações entre grandezas (termos) que resulta da intersecção das analogias apreendidas e articuladas que foram organizadas em diferentes níveis de análise:

As regularidades notadas em tais estruturas, e reconstituídas a partir das próprias manifestações textuais, dão lugar a construções menos ou mais formalizadas, que permitem transformá-las em modelos. Esses modelos enunciativos, narrativos, figurativos, passionais são implicitamente convocados ou revogados pelo exercício concreto do discurso, quer se trate dos vestígios de discurso depositados na memória coletiva (como nos modelos narrativos estereotipados e outras formas discursivas e fraseológicas cristalizadas, que ocupam um lugar considerável no uso cotidiano da palavra), quer se trate de um discurso individual, inédito e criador, formador de novos usos

da linguagem, como na escrita dos textos literários.
(BERTRAND, 2003, p.16)

Inicialmente, portanto, a teoria semiótica partiu da significação como apreensão das diferenças, depois para a estrutura elementar e, então, para o percurso da geração de sentido. No início da década de 80, foi acrescida a operacionalização da instância da enunciação, configurando-se uma teoria em constante revisão, ou renovação, conforme relata Greimas (2014) na introdução da obra *Sobre o Sentido II: ensaios semióticos* (original em francês: *Du Sens II – Essais Sémiotiques*, de 1980).

Desde o início, em *Semântica estrutural*, Greimas (1976, p. 22) vê a significação como um processo hierárquico: “percebo, que digo, que faz frio”. O autor observa que existem níveis de realidade ou níveis de consciência desse processo, entretanto não introduzirá os problemas não linguísticos. O semioticista também observa que existem interferências (heterogeneidade) do contexto não linguístico no momento da comunicação e que constitui uma dificuldade secundária, mas que não chega a prejudicar o estatuto autônomo dos conjuntos significantes que participam da enunciação. Outra questão levantada pelo autor, nessa obra, trata-se da rejeição do referente no processo da significação. Ou seja, a significação não se estabelece pela relação entre signos e coisas, pois, além de um empreendimento gigantesco, tentar explicar signos referindo-se a coisas seria uma tentativa impraticável de transposição de significações que estão presentes nas línguas naturais por conjuntos significantes não-linguísticos.

Ainda na obra *Semântica Estrutural*, Greimas (1976) é enfático quanto ao lugar da percepção como lugar não linguístico de apreensão da significação, demonstrando sua preferência pela teoria da percepção. Dessa forma, define o significante como aquele que possibilita a manifestação da significação ao nível da percepção, mundo sensível, reconhecendo-o como exterior ao ser humano. Para significado, designa a significação ou significações que são recobertas e

manifestadas pelo significante, uma vez que “só é possível reconhecer como significante alguma coisa e atribuí-lhe tal nome quando essa coisa significa realmente” (GREIMAS, 1976, p. 17).

Da mesma forma, no processo de significação, a noção de signo linguístico não se constitui simplesmente de um significante e um significado e identificado como um signo mínimo (uma palavra). O signo linguístico é constituído semioticamente de uma unidade do plano da manifestação por relação de reciprocidade entre grandezas do plano de expressão (significante) e do plano de conteúdo (significado) na linguagem em ação, isto é, na enunciação (GREIMAS; COURTÉS, 2016). Nesse sentido, a semiótica procura depreender “o sentido que o signo suscita, que ele articula e que o atravessa” (BERTRAND, 2003, p. 15).

A partir dessa perspectiva semiótica de significação, passamos à definição da assinatura de acordo com perspectiva dada por Agamben (2019), que se relaciona como a capacidade mimética, ou seja, a capacidade de reconhecer as assinaturas. Em outras palavras, a definição do elemento mimético da língua, conforme elaborado por Benjamin (1970), corresponde à definição dada por Agamben para a *assinatura*. Isso quer dizer que, na linguagem, o elemento mimético é o nexos significativo (semiótico) portador da semelhança, mas que ocorre como um lampejo, isto é, em um instante muito curto. A capacidade de reconhecer assinaturas é reconhecer, por semelhança, o elo entre o *thesaurus* lexical e a experiência sensível que o sujeito da enunciação realiza no momento da apreensão, do acontecimento. Similar ao que Greimas descreveu sobre a estesia em suas obras *Semântica Estrutural*, *Da imperfeição* e, em conjunto com Fontanille, *Semiótica das Paixões*: o corpo que percebe media e transforma o mundo em sentido, isto é, em língua.

A linguagem traduz a experiência ao recorrer às semelhanças que vão da forma mais rudimentar com explicações onomatopáicas

às relações complexas de natureza imaterial. Estas últimas estão fundamentadas nas tensões entre o pensamento e sua manifestação nas mais diferentes formas e, conseqüentemente, entre o manifestado e o entendido. Visto de outra forma, a linguagem é o conjunto significativo estabelecido pela articulação do mundo apreensível na sua significação (GREIMAS; COURTÉS; 2016).

Para Agamben (2019), a legibilidade (significação) de um signo se dá no ser humano, portanto, pela semelhança, isto é, pelas relações que se podem estabelecer entre o arquivo de similitudes (linguagem) e as escolhas utilizadas a partir do arquivo (linguagem) e suas combinações. Entretanto, devemos considerar que cada sujeito da enunciação possui uma maneira particular de produzir e restituir as significações que ocorrem a partir de semelhanças, representações e imitações do mundo por suas formas, ou seja, pela figuratividade. De acordo com a semiótica discursiva, a figuratividade possui a propriedade “de produzir e restituir parcialmente significações análogas às de nossas experiências perceptivas mais concretas” (BERTRAND, 2003, p. 154), como a *mimesis*, por exemplo.

Conforme Greimas e Fontanille (1993) explicam, a língua condiciona as figuras exteroceptivas e, pela mediação do corpo, são interiorizadas constituindo a figuratividade, que é o modo de pensamento do sujeito. Além disso, conforme os autores enfatizam, o processo mediativo do corpo, o sentir, não é inocente, há um acréscimo, ou seja, uma inscrição do próprio corpo/sujeito nas categorias proprioceptivas que estabelece seu “perfume” tímico. Paralelamente, segundo Greimas e Courtés (2016), o referente perde sua razão de ser uma vez que o mundo extralinguístico, isto é, o senso comum, é uma linguagem biplana (semiótica natural) que o ser humano institui e dá forma na significação por intersemioticidade (intertextualidade), ou seja, uma cooperação entre duas semióticas (línguas naturais e semióticas naturais, semiótica pictural e semiótica natural, como

exemplificam os referidos autores). Outrossim, é preciso considerar que há textos em que são produzidas articulações de significação que não possuem referentes no mundo natural, mas construídos dentro do texto (referente interno).

Nesse sentido, o texto, enquanto *corpus* para análise, permite a exploração do universo da significação, por sua limitação, sua redundância, sua isotopia, desenvolvendo um *subcódigo* autônomo que possibilita a sua descrição. Por isso, o texto na semiótica é considerado um “todo de significação”, isto é, uma unidade, o enunciado, e encontra-se no plano da manifestação. Assim como, em concordância com Saussure, é necessário uma materialidade para proceder a análise, pois “o discurso, o texto, na medida em que é manifestado, é a única realidade da qual a Linguística se ocupa³” (GREIMAS, 1974, p. 11). Entretanto, como mencionamos anteriormente, para que seja possível a legibilidade de um texto, é necessário que os sujeitos da enunciação partilhem de uma memória discursiva. Conforme Courtés, o discurso pressupõe uma memória, ou seja, cada enunciado possui traços de um passado (GREIMAS; COURTÉS, 1986).

Os traços de um passado podem ser correlacionados à inscrição de uma *assinatura*, sob a perspectiva de que é dada a partir de uma experiência específica de um sujeito da enunciação. Um sentido inscrito em um enunciado equipara-se a uma *assinatura*, de forma que, se os enunciatários reproduzirem ou tentarem reproduzir o sentido apreendido, em seus enunciados reiteradamente, tal sentido homologa-se socialmente, inclusive passa a ser catalogado em dicionários como um semema de um lexema. A cada enunciação, os sentidos são forjados entre o que já está homologado socialmente e o que está sendo experimentado pelos sujeitos enunciação. As homologações sociais de um sentido, o sistema, são compostas de *assinaturas*, que conduzem a legibilidade dos textos ao mesmo tempo em que exer-

³ “le discours, le texte dans la mesure où il est manifesté, est la seule réalité dont la linguistique s’occupe”.

cem certa “coerção” sobre os usuários do sistema. Para reiterar ou escapar das assinaturas (sentidos cristalizados), os sujeitos procuram, ao longo da enunciação, estabelecer uma isotopia para dar conta de explicitar e confirmar o sentido que tentam exprimir por meio de uma língua, seja ela qual for.

Traçando um paralelo entre o estudo de Greimas (1981) sobre o discurso jurídico com o de Agamben (2019), este descreve que os conceitos requerem assinaturas. Para o autor, a assinatura marca um conceito, como também o ultrapassa, de forma que direciona uma interpretação, ou, restringe a um domínio de atuação, porém se fecha dentro dele, a ponto de não permitir outro conceito ou novo significado. Em outras palavras, um conceito engendra operadores que remetem à sua origem, seu pertencimento a uma esfera ideológica. Agamben (2019) cita, como exemplo, o conceito de “secularização”, produzido a partir de uma esfera ideológica, isto é, esse conceito pertence ao discurso religioso. Nesse aspecto, podemos relacionar a assinatura ao interdiscurso, a uma memória do dizer, inscrita em uma formação ideológica e discursiva.

Fiorin (1988) considera, a partir das postulações de Pêcheux (1997), que as Formações Discursivas são visões de mundo que se materializam na linguagem, estocadas em temas e figuras que se repetem na maior parte dos discursos de uma dada formação ideológica, isto é, em uma formação social existente. Assim, a formação ideológica é considerada pelo referido autor como uma visão de mundo de uma determinada classe de uma formação social. Retomando a questão da práxis enunciativa, esta evoca, conseqüentemente, a questão da ideologia, porque estão relacionados com a cultura, entretanto, não se trata de retornar à psicologia do ser ontológico, ou à sociologia e à filosofia. Greimas (1974) é enfático que o enunciado é um simulacro do fazer do homem no mundo e a narrativa, o discurso, é um lugar privilegiado para se estudar a gramática sociosemiótica.

Para exemplificar, na obra *Semiótica e Ciências Sociais*, Greimas (1981, p. 182) aborda o tema das mitologias e ideologias, no qual evidencia que “as narrativas míticas trazem em si mesmas sua ideologia”. O autor considera possível a comparação entre ideologias, principalmente se as respectivas descrições são realizadas de maneira isomorfa. Por conseguinte, os efeitos de sentidos que são produzidos nos textos que resultam de *assinaturas* convocadas para seu interior, como os de concordância ou não com o senso comum, de autoria (estilo, éthos e a não distinção com o ser ontológico), de referencialização, de pertencimento a um grupo social ou de uma linha de pesquisa, de partilha do mundo cognoscível (senso comum), resultam no interdiscurso e na intertextualidade.

Esse fato nos leva a inferir que é possível realizar entre os enunciados a comparação dos efeitos de sentido produzidos nos discursos e, por conseguinte, as *assinaturas*, para verificar sua produção e suas respectivas reiterações ou alterações. A análise das *assinaturas* pode ser realizada em todos os níveis do percurso gerativo de sentido, assim como os seus efeitos de sentido, iniciando pela figuratividade, pois, como explica Bertrand (2003, p. 29), ainda que se trate da literatura, o discurso figurativo

representa, estabelece, na leitura, uma relação imediata, uma semelhança, uma correspondência entre as figuras semânticas que desfilam sob os olhos do leitor e as do mundo, que ele experimenta sem cessar em sua experiência sensível. É a mimesis. Essa dimensão [figurativa] se interessa pela maneira como se inscreve o sensível na linguagem e no discurso, ou seja, basicamente, a percepção e as formas da sensorialidade.

A assinatura está presente e interferindo na significação, ainda, na actorialização, como também no nível de superfície; por exemplo, tomando o item 6 da entrada Ator no Dicionário de Semiótica (2016, p. 45, grifo dos autores), Greimas e Coutés afirmam:

Do ponto de vista da produção do discurso, pode-se distinguir o sujeito da enunciação, que é um actante implícito logicamente pressuposto pelo enunciado, do **ator da enunciação**: neste último caso, o ator será, digamos, “Baudelaire”, enquanto se define pela totalidade de seus discursos.

A referência a Baudelaire não é o ser ontológico Charles-Pierre Baudelaire, mas uma unidade lexical, inscrita no discurso, de caráter invariante, pois ultrapassa os limites da frase e se mantém ao longo do discurso, ou dos discursos, conforme a citação, que compõe a totalidade de enunciados de um mesmo sujeito da enunciação. Em relação à *assinatura*, o ator constitui-se em assinante explícito e o sujeito da enunciação em assinante implícito. Contudo, precisamos considerar em questão ao processo de significação e concordar com Agamben (2019, p. 55) que, “em nossa cultura, a relação introduzida pela assinatura é tão importante (em outras poderia não sê-lo e a obra viveria no mais completo anonimato) que a leitura da cartela muda radicalmente nossa maneira de olhar o quadro em questão”. Sempre tendo como parâmetro que são “sujeitos de papel”, isto é, sujeitos do enunciado e sujeitos da enunciação.

No nível profundo, a *assinatura* produz efeitos de sentido no funcionamento e apreensão sintagmática dos discursos pela relação entre as diferenças e a presença simultânea de termos, condição imprescindível da significação, de natureza disjuntiva e conjuntiva. Seja na constituição da *assinatura*, seja na semiótica, para que se estabeleça uma relação, é necessário que tenham algo em comum, alguma semelhança (questão da semelhança x identidade), ao mesmo tempo em que possuam distinções (questão da diferença x não-identidade). Na semiótica, essas relações podem se manifestar em todos os níveis linguísticos e são designadas de estrutura elementar, gerando isotopia.

Utilizando uma das materialidades do *corpus*, a notícia “Medo de ‘favelão’ no Centro divide opiniões, mas arquiteto diz que projeto segue tendência mundial”, podemos descrever a tentativa de ressignificação de assinatura, bem como a questão da FD, FI e a luta de classes, provenientes dos conceitos formulados por Pêcheux (1997). A própria lide da notícia já traz a luta entre as classes mais favorecidas e menos favorecidas: “Moradores organizam abaixo-assinado contra transformação de hotel em condomínio”. A reportagem trata do “polêmico” projeto da Agência Municipal de Habitação para beneficiar pessoas de baixa renda que ganham até 5 salários mínimos, com prioridade para quem ganha até 3. De um lado, a agência trata o projeto de transformação do antigo hotel Campo Grande em um condomínio popular como social, de revitalização do centro – Reviva Campo Grande; por outro lado, moradores da região e do comércio o tratam como “favelão vertical”.

De acordo com a análises já realizadas (SCHNEIDER; BATISTOTE, 2020), levando em consideração os pressupostos teóricos e metodológicos da semiótica discursiva, portanto, o percurso gerativo de sentido, encontramos, na estrutura elementar, a oposição de base vida *versus* morte, centro *versus* periferia, pobreza *versus* riqueza representadas pelas figuras “favelão vertical” *versus* “condomínio”. Não apenas nessa notícia, mas nos demais enunciados do *corpus* que trazem a figura da “favela”, o lexema traz consigo um investimento de valores disfóricos ao longo dos anos. Esse lexema, de origem brasileira, que trazia inicialmente a designação de uma planta comum no Brasil, foi utilizado na obra “Os sertões”, de Euclides da Cunha, para se referir ao morro localizado próximo ao arraial de Canudos.

Posteriormente, segundo Nascentes (1966), os veteranos da campanha de canudos solicitaram ao Ministério da Guerra autorização para construir casas para suas famílias no morro da Providência no Rio de Janeiro, passando a denomina-lo “favela”. Nascentes (1966, p.

320) relata que o nome dado foi “ou por lembrança do de Canudos ou por alguma semelhança que encontraram”, o fato é que “o nome se generalizou para ‘conjunto de habitações populares, construídas com materiais improvisados (madeira de caixotes, folhas de lata, etc.) e geralmente em desacordo com as disposições legais” (NAS-CENTES, 1966, p. 320).

Apesar de não termos informações precisas do momento em que ocorreu a generalização, ou a metonímia, sabemos que o lexema “favela” foi ressignificado: a assinatura primeira referia-se a uma planta que se encontrava em abundância no morro próximo a Canudos, ao ponto de denominar o próprio morro. Consequentemente, provavelmente pela semelhança, o morro da Providência recebeu o mesmo nome, ao ponto de designar todos os conjuntos habitacionais com pouquíssima ou nenhuma infraestrutura básica e com moradias construídas com materiais de baixo custo.

Nos discursos analisados nos enunciados do *corpus* em que a “favela” é mencionada, o tema abordado trata dos aspetos físicos e culturais desse local, com investimentos disfóricos pelas classes mais favorecidas. O poder público procura ressignificar a moradia popular no centro como forma de revitalização, ou seja, de trazer “vida” e “vidas”, mas a recepção por parte da população está sendo contrária ao projeto pelo receio de insegurança, isto é, violência, desasseio, hediondez, “morte” e “mortes”. A notícia procura corresponder à formação discursiva própria de noticiário em que a “imparcialidade” e a fidelidades aos “fatos” foram mantidas, porém, a notícia procura evidenciar os benefícios do projeto utilizando os recursos do discurso direto e indireto de “autoridade” no assunto com investimentos eufóricos sobre o projeto “Reviva Campo Grande”.

Em comparação com os demais enunciados do *corpus* que possuem o lexema “favela”, o poema “Vozes mulheres” de Conceição Evaristo traz a favela como residência de sua mãe, enquanto serviçal

de brancos; no poema “só de sol a minha casa”, também de Conceição Evaristo, não ocorre a citação do lexema, mas a narrativa descreve o local como o enunciador o vê, como parte de uma infância, em oposição ao lugar que se pode perscrutar pela “janela sem janela [...] morava a esperança”. Enquanto a obra de Euclides da Cunha, “Os Sertões”, a favela refere-se ao morro próximo a Canudos, de onde podia ser ter uma vista do vilarejo, que, pela distância, tornava imperceptível a vegetação agreste, mas uma “planície ondulante e grande”; lugar onde os “matutos crendeiros de imaginativa ingênua, acreditassem que ‘ali era o céu’”. No decorrer da obra, o morro da favela torna-se lugar de refúgio e aprisionamento, lugar a ser combatido, de ameaça iminente e, em seguida, torna-se “paragem sinistra”, “hospital de sangue”, assim como, lugar de batalha, de “esperança do assalto e da vitória”, de resistência.

A análise inicial é de que a percepção - capacidade mimética - traduzida em assinatura foi inscrita inicialmente no morro da Providência, é de um “lugar de onde se pode observar uma paisagem de esperança”. Enquanto originalmente “favela” possuía a assinatura pela presença do arbusto *Jatropha phyllacantha* no morro, bem como, pela presença da vista majestosa e da esperança. Já nos dias atuais, pela presença da precariedade e da violência. A assinatura tem sido ressignificada, entretanto ainda traz o rastro da esperança de que tempos melhores virão. Paralelamente, há a apreensão desse lugar pelo outro que se encontra na direção oposta, por onde o arraial de Canudos foi atacado e destruído e que resultou na morte da maior parte de seus habitantes.

Considerações em trânsito

Concluímos que o interdiscurso, o diálogo pressuposto entre os textos se faz presente, considerando cada texto do *corpus* como um

todo de sentido, pela análise do semiótico, reiterando a assinatura da Favela como lugar de resistência, talento, beleza, dignidade e combatendo a assinatura da favela como primitiva, degenerada e perigosa. A obra *Os Sertões* apresenta ambas as assinaturas, entretanto prevalece a desqualificação do sertanejo, favorecendo a tensão litoral x interior, e por analogia/comparação a tensão favela x cidade. Os textos em análise apresentaram, portanto, reiteração de sentidos e de assinaturas sobre a favela enquanto espaço geográfico e situação de habitação carregada de valores ideológicos.

Nesse sentido, podemos afirmar que o interdiscurso encontra-se na práxis enunciativa e se define como uma pressuposição de diálogo entre textos pelos efeitos de sentidos produzidos pelas assinaturas trazidas por meio da figuratividade e da tematização pelos sujeitos da enunciação. A isotopia semântica proporciona, além da legibilidade uniforme do discurso, a reiteração dos sentidos ou sua negação das assinaturas no interior do texto, enquanto a categoria tímica os valoriza positiva e/ou negativamente. A reiteração de assinaturas promove a formação de paradigmas em uma comunidade discursiva, conforme observado no *corpus*.

Entretanto, por se tratar de memória discursiva, o interdiscurso pode não coincidir entre enunciatador e enunciatário, isto é, permanecer virtualizado, considerando que o enunciatário pode não partilhar dos mesmos discursos, dos mesmos valores e das mesmas assinaturas que o enunciatador. Por conseguinte, haverá sempre uma tensão que pode resultar em interincompreensão e/ou ilegibilidade pelos enunciatários.

Verifica-se, pois, que as considerações iniciais sobre a contribuição do conceito de assinatura são pertinentes para aprimorar o conceito de interdiscurso, assim como a teoria semiótica para explicar seu funcionamento.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Signatura rerum: sobre o método*. Trad. de Andrea Santurbano e Patrícia Peterle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Uma reflexão semiótica sobre a ‘exterioridade’ discursiva. *Alfa*, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 351-364, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/2120>. Acesso em: 17 ago 2020.
- BERTRAND, Denis. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru-SP: EDUSC, 2003.
- CHUVA, Ana Paula. Medo de ‘favelão’ no Centro divide opiniões, mas arquiteto diz que projeto segue tendência mundial. Campo Grande, *Jornal Midiamax*, 20 ago. 2019. Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2019/medo-de-favelao-no-centro-divide-opinioes-mas-para-arquiteto-projeto-segue-tendencia-mundial>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Três, 1984.
- DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia*. Tradução de Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Campinas, SP: Papyrus, 1991.
- EVARISTO, Conceição. Só de sol a minha casa. *Braziliana – Journal for Brazilian Studies*, Londres, v. 3, n. 1, p. 567-573, jul. 2014. p. 571 Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/17777/15545>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- EVARISTO, Conceição. “Vozes mulheres”. In: EVARISTO, Conceição. *Poemas de recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008. p. 10-11.
- FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. 1. ed. São Paulo: Atual. 1988.
- FIORIN, José Luiz. Duas concepções de enunciação. *Estudos Semióticos* [on-line], São Paulo, v. 16, n. 1, p. 122-137. Dossiê temático “Semiótica e Psicanálise”. Disponível em: www.revistas.usp.br/esse. Acesso em: 18 set. 2020.
- FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. *Tensão e significação*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas/ FFLCH/USP, 2001.
- GREIMAS, Algirdas Julien. L’Enonciation: une posture épistémologique. *Significação – Revista Brasileira de Semiótica*, Ribeirão Preto, n. 1, p. 09-25, 1974. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/90115>. Acesso em: 18 set. 2020.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Semântica estrutural*. Trad. de Haquira Osakape e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Semiótica e Ciências Sociais*. Trad. de Álvaro Lorencini e Sandra Nitri. São Paulo: Cultrix, 1981.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Da imperfeição*. Trad. de Ana Claudia de Oliveira. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. Trad. de Dilson Ferreira da Cruz. 1. ed. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.

GREIMAS, Algirdas Julien; PERRON, Paul; COLLINS, Frank. On meaning. *New Literary History*, v. 20, n. 3, Greimassian Semiotics, p. 539-550, spring 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/469352?seq=1&cid=pdf-reference>. Acesso em: 25 jul. 2016.

GREIMAS, Algirdas J.; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. 2. ed. Trad. de Alceu Dias Lima; Diana Luz Pessoa de Barros; Eduardo Peñuela Cañizal; Edward Lopes; Ignacio Assis da Silva; Maria José Castagnetti Sombra; Tiekko Yamaguchi Miyazaki. São Paulo: Contexto, 2016.

GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. *Semiótica das paixões: dos estados de coisas aos estados de alma*. Trad. de Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, 1993.

HEIDEGGER, Martin. *A caminho da linguagem*. Trad. de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2003.

MANCINI, Renata. A enunciação tensiva em diálogo. *Estudos Semióticos* [on-line], São Paulo, v. 15, edição especial, p. 64-87. Disponível em: www.revistas.usp.br/esse. Acesso em: 18 set. 2020.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico Resumido*. Rio de Janeiro: INL, 1966.

PÊCHEUX, Michel. Por uma análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 163-252.

SCHNEIDER, Carla Andreia; BATISTOTE, Maria Luceli Faria. Semiótica discursiva e a teoria das assinaturas (AGAMBEN, 2019): convergências epistemológicas. *Estudos Semióticos*, [S.L], v. 16, n. 3, p. 166-184, 2020. DOI: 10.11606/issn.1980-4016.esse.2020.172646. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/172646>. Acesso em: 17 dez 2020.